

Plano macroeconômico gera várias críticas

WASHINGTON — Quando elogiam o novo Plano de Controle Macroeconômico, organismos internacionais sediados na capital americana o fazem porque ele representa um salto qualitativo em relação à situação anterior, quando o governo Sarney não tinha qualquer projeto discernível para a economia. Isso não significa que o considerem o melhor plano possível.

Analistas internacionais com grande experiência em assuntos brasileiros lembram que, ao elaborá-lo, a equipe do ministro Bresser Pereira queria resolver um problema de política interna, tentando ganhar tempo para restaurar a capacidade do governo para governar. Ele visava também dar consistência às diversas correntes que tentam levar a máquina do estado para o atendimento de seus interesses e nesse caso o plano concilia direções divergentes. Em terceiro lugar, o plano é um instrumento de negociação da dívida externa, procurando convencer os credores de que o Brasil tem uma direção e que vale a pena investir nela. O plano não é ideal para qualquer desses objetivos, mas reconhece-se que ele é o melhor que o governo poderia produzir nas atuais circunstâncias.

A crítica principal feita tanto pelo FMI quanto pelo Banco Mundial ao plano é que ele não corta suficientemente o déficit público interno. Na opinião dessas duas organizações, o déficit projetado para o próximo exercício financeiro, de 3,5% do PIB, é simplesmente grande demais. Se não for reduzido, acham eles, vai provocar um aumento da dívida externa e consequentemente forçará alta ainda maior nas taxas de juros internos. Enquanto os juros internos estiverem altos, os investimentos privados serão inibidos e as bases para o crescimento posterior da economia ficarão comprometidas, raciocinam.

Eles também acham que se o governo não demonstrar disposição de cortar mais o déficit neste ano, dificilmente poderá reduzi-lo para 2% em 1988, que é um ano eleitoral. "Ou cortam agora ou ficam na promessa", comenta um analista.

Funcionários dos organismos internacionais e de governos credores dizem que eles não estão sozinhos quando demonstram ceticismo em relação às promessas de bom comportamento futuro, constantes do plano. "Hoje o monitoramento maior da economia brasileira não testá sendo pelo FMI mas sim pelas empresas e pelos investidores", diz um economista daquela instituição. "Se eles não confiam na administração econômica não investem, preferem colocar seu dinheiro no mercado financeiro, no *open market* ou nos certificados de depósito. Ganham assim na especulação e não na produção", afirma.

Sem investimentos privados internos e externos, as metas de crescimento do plano viram um sonho. Como elas estão, parecem excessivamente otimistas. "Não estamos vendo neste ano os investimentos que poderiam assegurar uma taxa de crescimento de 6% no ano que vem", diz um economista do Banco Mundial. Ele acrescenta que talvez fosse mais realista subtrair 1% nas projeções de crescimento de cada um dos próximos quatro anos feitas pelo Plano. O mesmo economista acha também exageradas as esperanças que o governo está expressando, de conseguir 1,4 bilhão de dólares do Banco Mundial neste ano. Ele diz que ainda há resistências fortes a empréstimos substanciais para um país que continua muito vago a respeito da volta ao pagamento de juros da dívida aos bancos. "Pensar que os governos dos países que decidem os empréstimos no Banco Mundial são indiferentes à moratória brasileira é um otimismo ingênuo", explicou ele.

Se o governo admite que não tem dinheiro novo dos bancos estrangeiros, nem do FMI, nem de investimentos diretos estrangeiros, nem de conversão da dívida, argumenta um funcionário do Fundo Monetário, "de onde vai surgir o capital para garantir um crescimento médio de 6,5% ao ano, até 1992?".

As críticas feitas ao plano não devem diminuir a importância dos avanços feitos até agora pelo governo, que são reconhecidos amplamente. A eliminação da conta-de-movimento do Banco do Brasil, a criação da Secretaria do Tesouro, o início da unificação do orçamento federal, a inclusão de subsídios no orçamento são os principais itens citados com frequência por todos os especialistas externos em assuntos brasileiros como vitais. Mas eles também ressaltam que, "com tudo isso, ainda há formas de burlar os controles, o presidente ainda pode instruir o Ministério da Fazenda e o Banco Central a abrirem exceções".

No Fundo Monetário, principalmente, predomina a impressão de que ainda há muita gordura tanto no governo federal quanto nos estaduais. "O engraçado é que os *trens da alegria* se sucedem sem parar mas, quando chega na hora de cortar, o presidente, os ministros e o Congresso se declaram impotentes, citam os regulamentos e as leis que os impedem de fazer qualquer coisa". O plano, dizem eles, precisa resolver esse problema. (R.G.)